



INCLUSÃO DE AUTISTAS
NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

Fonte: Google imagens



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JOSIELE ALBINA PERIN

INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ERECHIM

2015



JOSIELE ALBINA PERIN

INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso de
graduação apresentado como requisito
para obtenção de grau de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal da
Fronteira Sul – Campus Erechim.

Orientadora: Prof.^a Me. Sonize Lepke

ERECHIM

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rodovia ERS 135, km 72, n° 200

Erechim – RS

CEP 99700-970

Caixa Postal 764

Fone: (54) 3321-7050

Erechim-RS

Brasil

JOSIELE ALBINA PERIN

INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

Orientadora: Prof.^a Me. Sonize Lepke

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Me. Sonize Lepke –UFFS

Prof.^a Dr. Ivone Maria Mendez - UFFS

Prof.^a Esp. Leandra Kalles

Dedico a todos que lutam por uma sociedade mais justa e humana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e pela capacitação dada a mim diariamente para a elaboração e finalização deste trabalho.

Aos meus pais toda minha gratidão! Em especial ao meu Pai Altair, pois sei que onde estiver com certeza está orgulhoso pela minha vitória. Este era um sonho nosso!!!

Minhas irmãs e irmãos, obrigada por todo apoio e compreensão. Meus sobrinhos pelos inúmeros momentos de felicidade... Vocês todos são pessoas importantes e especiais em minha vida!

A família Giacomel Clarice, Ade, Pedro e Davi que me incentivaram a fazer deste sonho uma realidade. Agradeço pela ajuda, pela compreensão, pelo companheirismo prestado a mim nos momentos em que eu mais precisei.

À minha orientadora, Sonize Lepke, pelo auxílio, paciência, carinho e doses de ânimo prestado a mim durante a realização deste trabalho; sem ela o caminho trilhado seria, com certeza, muito mais árduo.

As minhas colegas Kelli e Fabiana por estarem sempre ao meu lado, me apoiando quando precisei.

Aos professores que passaram e dividiram comigo seus conhecimentos, agregando valores ao meu aprendizado. E aos que comigo permaneceram, fazendo parte dessa caminhada, colaborando de forma grandiosa com o nosso desenvolvimento.

E a todos que de forma direta e indiretamente contribuíram com essa pesquisa.

O meu muito obrigado.

“Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão se a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais,” (MANTOAN, 2003 p. 39).

RESUMO

Muitas são as discussões sobre a inclusão escolar em todos nos níveis de ensino, bem como na educação infantil. O trabalho em questão discute a inclusão de crianças

com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil ao mesmo tempo que fará a análise das informações e orientações disponibilizadas no endereço eletrônico da Associação Mantenedora Pandorga da cidade de São Leopoldo / RS. Apesar da complexidade e da diversidade de sintomas passíveis de ser identificados nas crianças com o transtorno, como: dificuldade na afetividade, linguagem e socialização, facilmente evidenciados em criança da educação infantil, podem e devem ser observadas pelos professores. Estas características isoladas ou associadas exigem uma postura de diálogo com os familiares e com os colegas, uma atenção direcionada para estimular as potencialidades da criança e uma postura investigativa, reflexiva com o objetivo de ofertar um espaço e tempo de aprendizagem e conhecimento. A presente pesquisa busca relacionar as características do aluno com TEA, os processos inclusivos, as dificuldades oriundas e a possibilidade de utilizar materiais e informações da Associação Mantenedora Pandorga como meio de informação, divulgação e superação de estigmas.

Palavras Chave: Transtorno do Espectro Autista . Inclusão. Educação Infantil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE: Atendimento Educacional Especializado.

CMAS: Conselho Municipal de Assistência Social

COMDEDICA: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

COMUDEPE: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

SEDES: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de São Leopoldo/RS.

TEA: Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	15
2.1 INTEGRAÇÃO ESCOLAR	16
2.2 AUTISMO	18
2.3 Características das Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	20
2.3.1 Desvios qualitativos na interação social reciproca	20
2.3.2 Dificuldades na Comunicação.....	21
2.3.3 Criança com TEA: interesses, brincadeiras e manifestações.....	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	24
3.1 Classificações do Estudo.....	24
3.2 Coletas de Dados.....	24
3.3 ESTUDOS SOBRE PROCESSOS INCLUSIVOS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): Associação Mantenedora Pandorga.....	25
3.3.1- Aspectos da inclusão escolar.....	26
3.3.2 - Associação Mantenedora Pandorga: uma discussão sobre a interação social, as dificuldades de comunicação, interesses e atividades de crianças com TEA na escola.....	29
4. CONCLUSÃO.....	35
Referencias.....	38

INTRODUÇÃO

Por acreditar que a inclusão não significa apenas colocar um aluno com deficiência na escola, mas que o processo exige criar condições para que este, assim

como os demais, consiga desenvolver as suas potencialidades físicas e intelectuais, afetivas e psicológicas. Essa é a reflexão que busco fazer ao longo deste trabalho, especialmente quanto as mudanças históricas da educação especial no Brasil e os processos inclusivos das crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista¹ (TEA) na educação infantil. Ao refletir e discutir como esses processos ocorreram e quais são os mecanismos disponíveis e de fácil acesso podemos contribuir para que a escola, a família e as crianças possam ser beneficiadas.

A escola de educação infantil contemporânea, considerada um espaço e tempo de aprendizagem, desenvolvimento motor, de trocas interpessoais e promoção da diversidade entre os pares consiste em uma etapa importante para as crianças. Pensar sobre os processos inclusivos neste período de desenvolvimento é refletir sobre as possibilidades e práticas que consigam envolver e despertar o interesse das crianças, em especial a criança com Transtorno do Espectro Autista.

Se partirmos da premissa que todas as crianças têm o direito e necessitam serem aceitas independentes de seus diferentes modos de aprendizagem, cabe à escola através dos seus professores promoverem e auxiliar as crianças no processo de desenvolvimento. Para Mantoan (2003), Assumpção Jr (1997,1999 e 2000) e Pimentel (2000) a escola pode auxiliar a criança autista primeiramente quanto à superação isolamento ao criar laços entre a criança e com os demais colegas e professores, bem como na representação destes pela comunidade escolar.

A inclusão entendida e narrada como um modo de abordar a diversidade sem cair no dualismo de superioridade e inferioridade, que entende as limitações como características presentes em todos os seres humanos aposta no conhecimento e em práticas pedagógicas que respeitam a diferentes formas de aprender.

A criança com TEA, como as demais, possui estilos de percepção e aprendizagem peculiares, com processos diferenciados para se expressar e assimilar informações e

1 O Manual de Saúde Mental – DSM - 5, classifica todos os distúrbios do autismo, incluindo o transtorno autista, transtorno desintegrativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não-especificado (PDD –NOS) e Síndrome de Asperger como TEA.

demonstrar afeto. Suas ações representam tentativas de lidar com um mundo que muitas vezes lhe parece confuso e difícil.

Enquanto professora de educação infantil e de crianças com diagnóstico de TEA, compartilho da concepção de que os processos inclusivos devem ser cuidadosamente articulados nesta etapa, pois ser este um período em a que a criança aprenda a conhecer não somente a si próprio, mas também o mundo que a cerca.

Neste sentido, a presente discussão foi dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresento os objetivos que conduzem a pesquisa, uma breve justificativa que permite traçar um paralelo entre a forma como compreendo a educação especial/inclusiva e as dúvidas que me levaram a discutir a temática e a minha prática enquanto professora.

No segundo capítulo, inicio a discussão a partir dos caminhos percorridos no campo educacional para formular a concepção de uma educação inclusiva, especialmente quanto às crianças, jovens e adultos com TEA. Busco também resgatar alguns autores e retomar características evidenciadas nos primeiros anos de vida, que devem ser atentamente observadas para em seguida fazer interferências pedagógicas que possibilitam a superação parcial e ou total de determinadas ações e comportamentos.

No capítulo seguinte, realizo a análise das informações disponíveis no endereço eletrônico elegido para análise, organizado pela Associação Mantenedora Pandorga- São Leopoldo/RS, associação que auxilia famílias de crianças TEA, oferta formação para professores e demais profissionais que atuam com crianças, adolescentes e adultos com o transtorno. Ao longo do capítulo é possível observar a preocupação com os processos inclusivos e as dificuldades enfrentadas pelas crianças diante da sua condição e possíveis estratégias para a superação das mesmas.

No ultimo capítulo são feitos alguns apontamentos sobre o que foi observado durante a pesquisa e também sobre a inclusão de um modo geral.

1. Objetivos

1.1- Objetivos Gerais

Analisar o endereço eletrônico da Associação Mantenedora Pandorga, voltados exclusivamente para pais e professores de crianças com TEA, e apontar evidencias de como o mesmo pode auxiliar os professores que atuam na educação infantil.

1.2 - Objetivos Específicos

- Rever a bibliografia sobre o tema;
- Acessar as orientações propostas para professores de educação infantil e pais de crianças com TEA no endereço eletrônico da Associação Mantenedora Pandorga-Autismo, com sede física na cidade de São Leopoldo (RS).
- Verificar se os discursos apresentados no endereço eletrônico tem coerência com as orientações propostas por pesquisadores do tema, bem como pode auxiliar os (as) professores (as) da educação infantil e os pais que estão diante da questão.

1.3 Justificativa e metodologia: impulsos e necessidade de uma professora

Muitos são os trabalhos, pesquisas, relatos sobre a TEA que vem contribuindo para a desmistificação dos processos de aprendizagem e desenvolvimento das inteligências² das crianças com o diagnóstico do mesmo. Porém, pouco tem – se discutido sobre a questão nas escolas de educação infantil. E justamente nestes espaços, que muitas vezes, são evidenciados os primeiros sinais de que a criança apresenta características que a diferem da maioria. Por ter diferentes manifestações, e cada criança irá expressar características peculiares, o diagnóstico é demorado e muitas vezes impreciso, dificultando ações pedagógicas que possam auxiliar nesta fase da vida.

A justificativa deste trabalho deve-se diante complexidade da inclusão de crianças com TEA e a crescente demanda nas escolas de educação infantil quando diagnosticado. Por outro lado, senti a necessidade de aprofundar as discussões referentes ao tema, pois como professora de escola de educação infantil, já me deparei e certamente depararei com alunos com estas especificidades.

Por outro lado, percebo a necessidade de apontar possibilidades de pesquisa, formação, acesso de informações, leituras e vivências que possam auxiliar os professores da educação infantil e pais. Acredito que somente com a discussão, conhecimento e práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento das crianças com TEA podemos contribuir para uma sociedade inclusiva em que as diferenças sejam respeitadas.

Para tanto, busquei centrar a discussão na análise dos documentos emitidos pelo Ministério da Educação, na bibliografia existente sobre o tema e comparar com as

2 Gardner (1995) desenvolveu a Teoria das Inteligências Múltiplas.

informações e questões divulgadas no endereço eletrônico da Associação Mantenedora Pandorga – Autista.

A partir desse material coletado, será realizada a análise das informações divulgadas e a possibilidade de utilizar o mesmo nas escolas de educação infantil e por pais de crianças com TEA.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As pessoas com deficiência, ao longo dos tempos, foram vistas pela sociedade de várias maneiras, por diferentes enfoques, ou seja, foram narradas conforme as concepções

de homem de sociedade, valores sociais, morais, religiosos e éticos de cada momento histórico, segundo Simon (2009).

O mesmo autor, afirma que na Antiguidade Clássica, os humanos que apresentavam um comportamento diferenciado, eram discriminados e narrados como sendo uma representação do diabo, da feitiçaria, da bruxaria e do pecado, sendo isolados ou ainda exterminados. Dependendo da sociedade e da região, eram consideradas também, criaturas sobrenaturais.

Os modelos econômicos, sociais e culturais impuseram às pessoas com deficiência uma inadaptação geradora de ignorância, preconceitos e tabus que, ao longo dos séculos e século, alimentaram os mitos populares da 'perigosidade' das pessoas com deficiência mental e do seu caráter demoníaco, determinando atitudes de rejeição, medo e vergonha. (VIEIRA; PEREIRA 2003, p.17).

De uma representação pautada nas impossibilidades e castigos divinos, adentramos no século XIX como uma concepção baseada na adequação, no ajuste a um modelo de sujeito. Desta forma, se a criança, adolescente ou adulto por algum motivo não estava adaptado ao que era o idealizado para a faixa etária e local fazia se necessário ajustes a fim de torná-lo mais parecido o possível com o idealizado. A igreja, desde, a período Medieval, ocupava local de destaque, pregava a existência do pecado, do bem e do mal e facilmente a diferença era associada ao castigo e por isso poderia ser eliminado.

Ainda no século XIX e XX, médicos e outros profissionais da saúde e da educação dedicavam-se ao estudo das anomalias³. A medicina, então, passa a conquistar espaço no estudo das deficiências. Definindo patologias, tratamentos e medicamentos. Conforme Simon (2009), a visão clínica apontava como caminho a correção e quando o mesmo não era possível á segregação.

Conforme Januzzi (2006) o registro visível deste período são os asilos e hospitais construído para separar e aprisionar os denominados loucos, alienados e deficientes.

3 Entendido como tudo que não está na normal, que se espera como ideal para determinada idade.

A concepção clínica da deficiência permaneceu ao longo das décadas no Brasil⁴. Estabelecendo uma relação entre deficiência e incapacidade justificando assim a eliminação social, abandono e a exclusão dos sujeitos que não estavam na norma estabelecida.

Diante deste contexto, em que os diferentes eram narrados como inferiores e incapazes, houve na década de 1950-1960 uma explosão de instituições segregativas especializadas no Brasil. Estas escolas buscavam ofertar uma educação formal a todos àqueles que o Estado negligenciava. Escolas especiais, centros de reabilitação, oficinas protegidas com uma visão clínica e filantrópica resultam desse movimento de expansão do acesso a escola das minorias.

2.1 INTEGRAÇÃO ESCOLAR

“Meu irmão entrou para escola.
Não era uma escola como a minha;
Parece que lá todos eram um pouco parentes.
Todos tinham o mesmo jeito esquisito de andar,
De mover os braços, e eram poucos os que falavam”.
PORTELA,1998,p.8).

Podemos compreender, pelas palavras da autora, que essa escola é uma escola de especial, o que nos permite dizer que enquanto organização buscava reunir no mesmo espaço e tempo, crianças e adolescentes com as mesmas peculiaridades. Este era por muito tempo o panorama na educação brasileira. Diante da diferença, das mais diversas ordens, como; motora, visual, auditiva e neurológica entre outras a criança ou era encaminhada para uma escola segregadora ou ficava a margem da educação formal.

Ao final da década de 70, iniciou-se o movimento pela integração social que planejava ”(...) inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais como a

4 Em um contexto semelhante a outros países do mundo.

educação, o trabalho, a família e o lazer (...)”, (SASSAKI, 1997, p.31), processo este, segundo Pereira (2010) mais vivenciado a partir da década de 80 no Brasil.

Assim, a integração escolar surgiu da necessidade de inserir a pessoa com deficiência, sem que a sociedade e a escola se modificassem. Na realidade, quem deveria, então, estar preparada e capacitada para ser inserida no meio social e escolar era os que estavam a margem da “normalidade”. Ao definir a normalidade e a anormalidade a partir da diferença entre a maioria e a minoria define-se quem pode e quem não pode fazer parte da escola, quem podia ser integrado e quem deveria ficar segregado. Para Silva(2005), “Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças”(p.25)

Pereira (2010) afirma, o processo de integração escolar foi um movimento forte e decisivo nas novas conquistas da educação inclusiva, porém não satisfazia as reivindicações das pessoas com deficiência, pois nada era modificado na sociedade, nem suas estruturas, seus métodos e, principalmente, a forma de narrar o diferente. O fazer clínico representava uma possibilidade de correção e uma aproximação com a normalidade.

Segundo Sasaki (1997), a integração e a inclusão são dois processos muito importantes na busca de uma sociedade inclusiva. Ao pensar a normalidade, diversos pesquisadores apontam como o mesmo é relativo e constituído por aqueles que consideram estar na normalidade.

Ao eleger determinada identidade como norma ou parâmetro, ressaltam-se características específicas desta em detrimento de outra, que passa a ser avaliada negativamente quando não possui as mesmas características ou o mesmo status. Formula-se e edifica-se uma fronteira entre o normal (eleito como norma) e o anormal (que difere da norma) (LEPKE, 2013, p. 48).mal.

O que hoje é normal pode não ter sido ontem e não sabemos como será amanhã. O que aqui é normal pode ser anormal em outro lugar ou vice-versa. De tal maneira que o normal não se encontra dentro da pessoa, mas fora dela é aquilo que os outros percebem nas pessoas. (SASSAKI, 1997, p 43)

A mudança em curso nos dias atuais, com resistências e enfrentamentos é a efetivação de uma educação inclusiva para todos aqueles que estavam à margem do processo por décadas. Porém isso implica em um processo contínuo de melhoria das escolas, dos recursos disponíveis, especialmente os recursos humanos, para promover a participação e a aprendizagem de todos os alunos. A Declaração de Salamanca sustenta que :

As escolas regulares com uma orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, de edificar uma sociedade inclusiva e de conseguir educação para todos. Além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças. (ONU, 1994 p.12) .

Retroceder e apontar os percursos percorridos ao longo dos séculos pelas minorias e seus familiares, permite pressupor que há um longo caminho a ser trilhado para que a educação inclusiva seja efetivada em todos os sistemas e níveis de ensino. São nesse contexto que estão inseridas as crianças com TEA, que durante décadas foram narradas como incapazes, tendo muitas vezes, o direito a educação negada tanto nas escolas como nas instituições segregadoras.

2.2 .AUTISMO

Em um contexto social que a educação era direito de poucos, as crianças com TEA, assim como as demais deficiências, pobres, negros, população do campo era excluídas do ensino formal. Porém, com a implantação de políticas públicas com o objetivo de garantir o acesso das crianças, adolescentes e jovens historicamente excluídas, mudanças significativas ocorreram nas instituições de ensino. Mas, ainda é recorrente, para crianças com TEA, pais e familiares a necessidade de reafirmar o direito e reivindicar práticas pedagógicas que atendam as especificidades.

Em parte, essa questão remete a outra discussão que é a formação inicial e continuada dos professores, porém como este não é o enfoque da pesquisa realizada, retomo a concepção diversas vezes proclamada por pesquisadores e pelos professores das escolas de educação básica, que é a falta de conhecimento sobre o tema.

Porém apesar de haver muitas dúvidas sobre as causas e os diagnósticos, a palavra autismo foi mencionada pelo psiquiatra suíço Bleuer em 1911, tornou-se mais

popularizada por Leo Kanner⁵ em 1943. Kanner em uma das suas pesquisas, observou onze crianças que tinham em comum o comportamento bastante particular caracterizada pela imobilidade congênita para estabelecer contato afetivo e interpessoal associada á obsessividade, estereotípias e ecolalia (ASSUMPCÃO JR & PIMENTEL, 2000; WOLFF 2004). Intitulou seu trabalho de “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” e o conjunto de sintomas e sinais foi considerado uma doença específica relacionada a fenômenos esquizofrênicos por Kanner em 1943, segundo Pereira (2007).

Wolff (2004) aponta inúmeras pesquisas realizadas 140 anos antes de Kanner. Especulações foram feitas em torno do autismo chegando a cogitar a probabilidade do menino selvagem ou conhecido também como o caso do menino Víctor, menino selvagem de Aveyron que foi encontrado em 1798 ser uma criança autista. Relatos e registros constam que Victor emitia sons guturais, cheirava todos os alimentos e era insensível aos sons. Pereira (2007) ser estas características que podem ser associadas ao autismo e que permitem fazer associações.

Kanner (1943) descreveu o autismo como uma síndrome única, que não pode ser previamente diagnosticada,

Reforçando sua base emocional e afetiva e a presença da síndrome desde o início da vida, também acreditava ser o autismo um evento raro passível de confusão diagnóstica com esquizofrenia. Durante anos aprofundou suas pesquisas sobre o tema, acompanhou mais de 100 casos de crianças afetadas pelo autismo.” (ASSUMPCÃO JR & PIMENTEL, 2000 apud PEREIRA 2007).

Apesar das inúmeras escritas feitas por Kanner nada foi encontrado que mencionasse Hans Asperger, um pediatra parisiense que em 1944 relatou quatro casos de “Psicopatia Autística da infância” e resumiu as características já encontradas em outras crianças.

5 Psiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos.

“Kanner e Asperger (1944) utilizaram o termo “autista”, usado primeiramente por Bleuler, mas somente Asperger reconheceu este acontecimento em sua tese de doutorado (LYONS & FITZGERALD, 2007)”.

Asperger escreveu sua tese na língua alemã, esta permaneceu restrita a comunidade científica alemã até Lorna Wing transcrevê-la para o inglês, em 1981(WING, 1981; LYONS & FITZGERALD, 2007).

Wing (1981) também argumentou que a Síndrome de Asperger não pode ser separada do autismo e sim considerada uma condição do mesmo, representando uma interligação entre contínuos de mesmo transtorno. (WING, 1981 apud PEREIRA, 2007).

Segundo Wolff (2004), ao longo dos anos, desde que foi descoberto, o tema tornou-se um desafio para médicos, professores e pais, suas definições mudam, sofrem modificações a partir de novas compreensões, novas hipóteses são lançadas e ampliando o leque de possibilidade que permitem compreender comportamentos e atitudes de quem possui o transtorno. (WOLFF, 2004 apud PEREIRA, 2007).

Apesar de inúmeras controvérsias quanto ao TEA, pesquisas indicam a ocorrência de sintomas que podem ser caracterizados como: prejuízo na interação social recíproca; dificuldade na comunicação e comprometimento da imaginação, com padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades.

Cada criança pode apresentar características específicas e diferenciadas o que torna complexo e difícil a elaboração de um diagnóstico. De acordo com Baron-Cohen (apud Assunção Jr., 1997) a idade em que é feito o diagnóstico, ocorre por volta dos três anos, e é baseado em dados clínicos, ou seja, no histórico de observação e comportamento. Para tanto, pais, professores, familiares, psicólogo e pediatra devem estar atentos às características e ações de crianças que apresentam algum sintoma.

Estima-se que em cada 10.000 crianças ocorram de 1 a 5 casos da epidemiologia de TEA, e ainda espera-se que à medida que se conheça melhor esse transtorno esse número tende a aumentar (Assunção Jr. & Pimentel, 2000). Porém, para além da identificação, há a necessidade da elaboração novas metodologias e técnicas para que estes possam se beneficiar do processo inclusivo.

2.3– Características das Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Para grande maioria dos pais ou responsáveis é difícil, no primeiro momento, identificar atitudes e ações das crianças que possam fornecer dados precisos para identificar o transtorno. Entre as questões a ação por parte dos pais é a superação do preconceito em que estão imbuídos e a grande variabilidade existente entre as crianças com TEA.

Existe uma correlação intensa entre os sintomas, embora eles estejam divididos por questões didáticas. O comprometimento da imaginação está relacionado com a teoria da mente, que nada mais é do que a inability de colocar-se no lugar do outro; Os interesses restritos e as dificuldades de comunicação tornam a pessoa menos social, todos esses fatores associados também prejudicam as interações sociais e problemas nos aspectos pragmáticos da linguagem.

Outros sintomas que geram afastamento e dificultam a interação social está relacionado à hiperatividade, desatenção, agressividade e comportamento auto mutilante que geram no outro (que não possui o mesmo comportamento) medo e insegurança. E por muito tempo, estes sintomas eram ressaltados pela escola como uma impossibilidade de acesso e permanência nas mesmas. Outra dificuldade que é apontada e manifestada nos primeiros anos de vida é a dificuldade de estabelecer relações sociais.

2.3.1 Desvios Qualitativos na Interação Social Recíproca.

De acordo com Baron-Cohen (apud Assumpção Jr., 1997) as crianças com TEA apresentam dois motivos principais para terem dificuldade na interação social, entre eles:

... o déficit no reconhecimento de outras pessoas como pessoas de sentimentos próprios, pensamentos, desejos e intenções, o que chamamos de Teoria da Mente; e o outro é um déficit severo na capacidade para abstrair, sentir e pensar simbolicamente.” (Assumpção Jr., 1997 p. 07).

Grande parte das pessoas com o TEA tem dificuldade de relacionar-se com outras pessoas, também tem uma severa incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos, emoções e dificuldade na discriminação entre as pessoas.

Bem como, isolamento ou comportamento social improprio, falha no uso do contato visual, dificuldade em participar de atividades em grupos, demonstrações improprias de afeto, indiferença afetiva, falta de empatia social ou emocional são alguns dos conceitos que podemos citar para justificar as dificuldades na interação social.

Todas essas especificidades diante de sentir o mundo e ver o outro, acabam por refletir no estabelecimento de relacionamentos de amizade com colegas e parentes de idade igual ou próxima, também pode não compartilham suas experiências, sensações ou prazeres com colegas ou parentes.

Porém, o que vem sendo apontado como uma possibilidade e narrado com um aspecto positivo é a possibilidade de intervir (em alguns casos) através do auxílio de especialistas como psicólogos, professores, médicos e familiares a fim de obter uma maior comunicação, interação e envolvimento das crianças diagnosticadas. A intervenção precoce e organizada permite alcançar resultados benéficos para a criança e para todos que convivem com ela.

2.3.2- Dificuldades na Comunicação.

A comunicação é uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas crianças com TEA. Ela pode ocorrer do modo verbal e também do modo não verbal, de forma e graus variados. A forma não verbal pode ser incluir gestos, expressões faciais, linguagem corporal e fenômenos de entonação verbal.

Podem ocorrer casos de crianças sem a linguagem verbal e com diversas dificuldades na comunicação. E em algumas situações estabelecem comunicação através de pranchas de comunicação ou escrita. Evidenciando que não estão isolados no corpo, mas que estão envoltos nas atividades desenvolvidas com eles ou próximos a eles.

Em outras situações quando possuem a linguagem verbal, frequentemente caracterizam essa fala por meio de gírias, ecolalia, reversões de pronomes, prosódia anormal, entonação monótona, entendido por muito tempo como uma evidencia de que a criança com TEA tinha dificuldades de interagir e compreender as ações desenvolvidas no meio em que está inserido.

A ecolalia manifestada em grande parte das crianças com o transtorno, esta pode ser caracterizada de duas formas, ecolalia imediata, quando a criança repete o que lhe foi dito ou ecolalia tardia, quando a criança repete frases ou palavras ouvidas dias ou horas antes. Ao reproduzir frases ouvidas de outras pessoas, para alguns autores, evidencia que está não consegue estabelecer uma comunicação voluntária e formulada. Lamônica (1992) pressupõe a necessidade de intervir no processo.

...por causa de sua desvantagem nas habilidades sociais, é necessário proporcionar períodos de interação nos quais devam ser envidados esforços especiais para favorecer a reciprocidade da criança autista, facilitando, assim, a comunicação social (1992 p. 5).

Porém, um número significativo de pessoas com o TEA permanece sem comunicação verbal ao longo dos anos, talvez por não encontrar uma possibilidade de estabelecer uma comunicação efetiva com quem está próxima. Em outras situações, estabelecem uma linguagem infantilizada que não evolui da mesma forma que nas demais crianças.

Mesmo quando existe linguagem nas pessoas com autismo, ela aparece com certas características da linguagem dos bebês. No entanto, enquanto nos bebês, essas características desaparecem rapidamente com a evolução da linguagem, nas crianças com autismo persistem, muitas vezes ao longo de toda a vida. (Telmo e Equipa Ajudautismo, 2006, p.20)

Ou ainda, diante da dificuldade utilizar funções simples como dar ou pedir informações ou trocar sutilezas, elogios e falar de emoções, podem apresentar a característica de falar incessantemente sobre algo que lhe é interessante sem perceber que os que estão ouvindo não compartilham do mesmo interesse.

Em uma sociedade em que a comunicação oral é entendida como uma manifestação da inteligência e das potencialidades, a criança com TEA acaba por enfrentar dificuldades para manifestar seus desejos e anseios. Essa dificuldade deveria ser atentamente observada na educação infantil.

2.3.3- Criança com TEA: interesses, brincadeiras e manifestações.

As crianças da educação infantil, geralmente estão envolvidas com atividades lúdicas, brinquedos, musicalidade e movimento do corpo. As crianças com o TEA manifestam nos primeiros anos de vida, dificuldade quanto a alteração da rotina, troca de brinquedos e envolvimento com atividades rítmicas. Apresentam apego a determinados rituais, rotinas e objetos, ao mesmo tempo que o movimento de peças (rodas e hélices) exercem um grande fascínio sobre os mesmos.

Devido à especificidade de relacionar-se com os objetos e pessoas, em muitos momentos da vida e da educação infantil fica sem estar envolvido nas atividades que exigem imaginação. Cabe ao professor, pais e familiares incentivar e promover momentos que contribuam para que o mesmo desenvolva as habilidades, dentro das suas possibilidades.

Com a ajuda do brinquedo, a criança pode desenvolver a imaginação, a confiança, a autoestima e a cooperação. O modo como a criança brinca revela seu mundo interior. O brinquedo contribui assim, para a unificação e a integração da personalidade e permite à criança entrar em contato com outras crianças. (ADAMUZ; BATISTA; ZAMBERLAN, apud: SANTOS, 2000, p. 159).

Outro comportamento comum entre as crianças com TEA são as manifestações motoras que ocorrem em momentos de muita excitação. Geralmente essas manifestações são balançar de braços, bater palmas repetidamente, andar em círculos, usar a mesma palavra repetidamente, assim como frases músicas, entre outras. Identificar e interferir nesse momento, de forma adequada, contribui significativo, em alguns casos, para a superação deste comportamento.

O TEA é um quadro permanente, porém quanto mais cedo for feito o diagnóstico e a criança passar a ter atendimento médico, educacional e terapêutico especializado, mais chances a criança tem amenizar as manifestações do transtorno. Neste sentido, a educação infantil, possui um papel importante na vida das crianças com o transtorno, ao compreender os comportamentos e atitudes, e diante delas propor ações pedagógicas eficazes, pode auxiliar a criança a ser um adulto autônomo e feliz.

Porém para além das falhas da formação inicial do professor, quais as dificuldades de acessar informações disponibilizadas por associações de pessoas como TEA para professores e pais?

3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

3.1 Classificações do Estudo

As pesquisas realizadas nos diversos ambientes acadêmicos geralmente resultam de uma necessidade social ou pessoal. A presente pesquisa intitulada “A inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista” também advém da necessidade de compreender como ocorre o processo de aprendizagem de crianças com o transtorno por uma professora que esteve diante de crianças com deficiências.

Para responder ao questionamento proposto, foi necessário estabelecer um método. Conforme Nagel (1969), “[..] o método científico é a lógica geral, tácita ou explicitamente empregada para apreciar os méritos de uma pesquisa”(p.10) e assim validar todo o processo.

Para optar-se, quanto à natureza do estudo, por realizar uma pesquisa aplicada, com o intuito de compreender questões relacionadas ao TEA e a crianças. Quanto à forma de abordagem possui o caráter qualitativo, não estando atento a dados quantitativos, mas aos dados que possam ser analisadas e discutidas com o referencial teórico.

Quanto aos objetivos pode ser classificada como uma pesquisa descritiva, pois busca relacionar dados coletados com referenciais teóricos analisados.

3.2 COLETAS DE DADOS

A educação formal ocupa lugar de destaque na sociedade brasileira. Estar na escola e poder partilhar dos saberes difundido representa a possibilidade de acessar os estágios superiores de conhecimento e expectativa de ocupar um bom espaço no mercado de trabalho⁶. A educação infantil é a primeira etapa desse processo, ou ainda é uma etapa importantíssima no desenvolvimento da criança. E por isso, nas últimas décadas, as políticas de Estado estão dando ênfase a este nível de ensino.

Com a democratização do acesso ao ensino, a escola passou a ser direito de todos, em especial das minorias historicamente excluídas como índios, negros, mulheres,

⁶ Há diferentes posicionamentos sobre essa questão entre historiadores, cientistas e políticos, porém aqui estamos nós referidos apenas ao desejo e expectativa da grande maioria dos pais.

populações ribeirinhas, pessoas com deficiência entre outras. E nesse contexto que estamos discutindo os processos inclusivos das crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil, especialmente como isso vem sendo proposto pelo endereço eletrônico de referencia para professores e pais destas crianças.

Para tanto selecionamos o endereço eletrônico da Associação Mantenedora Pandorga de São Leopoldo (RS). Esta associação tem a preocupação em ofertar suporte a familiar e professores das crianças, jovens e adultos que apresentam características relacionadas ao TEA.

Ao longo dos meses foram realizados os fichamentos de livros e textos que dialoguem como o tema, entre eles Mantoan (2003), Assumpção Jr (2000) e Pimentel (2000) Após foram realizadas buscas minuciosas no endereço mencionado, e estabelecidos diálogos com as leituras realizadas.

Concomitante ao processo de coleta foi realizada escritas, que foram constantemente reescritas com o intuito de traduzir as análises e realizadas e ao mesmo tempo responder as questões propostas no projeto de pesquisa.

3.3 ESTUDOS SOBRE PROCESSOS INCLUSIVOS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): Associação Mantenedora Pandorga

A Associação Mantenedora Pandorga é uma entidade civil de caráter beneficente, e sem fins lucrativos, que integra a rede sócio assistencial de proteção social e defesa de direitos, localizada na cidade de São Leopoldo/RS.

Na Casa da Pandorga são atendidas 28 pessoas a partir dos 13 anos, em regime de meio turno. Através das diversas atividades da convivência diária, em regime de meio turno, orientadas por educadoras especializadas, a Pandorga contribui para que as pessoas atendidas: adquiram o mais alto grau possível de competência social, melhorem no mais alto grau possível o manejo de suas vidas, usufruam o mais alto grau possível de bem estar e desenvolvimento geral e reduzam ao máximo suas crises de desespero, ansiedade, autoagressão e heteroagressão. (acesso em 29/11 <http://www.pandorgaautismo.org///atendimento/casa-da-pandorga>)

Em nível municipal a Associação Mantenedora Pandorga está registrada e tem seu plano institucional aprovado pelos Conselhos de Direitos que buscam exercer o controle

social, a articulação com o Governo e a Sociedade Civil. Por isso, participa do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDEDICA, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, é Entidade Conselheira no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – COMUDEPE, e participa do Conselho Municipal de Educação – CME, da Comissão de Educação Inclusiva, bem como do Grupo de Articulação da Rede Sócio assistencial organizado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), vinculado à SEDES (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de São Leopoldo/RS) conforme informações disponível no endereço da entidade.

Com ampla participação nos movimentos sociais em prol das famílias e crianças com TEA, destaca-se também por ser referencia no Estado do Rio Grande do Sul, quanto os cursos desenvolvidos para pais e professores, bem como os atendimentos realizados. Diante buscamos realizar a análise a fim de apontar a possibilidade de utilizar o endereço eletrônico como meio de informação para pais e professores de crianças que estão na educação infantil e possui o diagnostico do transtorno.

3.3.1- Aspectos da inclusão escolar

Entre as grandes bandeiras da educação inclusiva está a concepção de que as crianças precisam aprender a conviver com as diferenças para que possam se tornar adultos preparados para lidarem com as diferenças. Para Mantoan (2003, p.31), “... ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional participativa, que produz sentido para o aluno” (p.31).

Para que de fato ocorra à inclusão das crianças com deficiência no ensino regular e conseqüentemente a democratização do ensino seja feito, muitas mudanças terão de ocorrer nos espaços de ensino, não estamos falando somente de espaços físicos, mas sim da proposta pedagógica, da avaliação, da metodologia e da representação dos próprios professores em relação aos sujeitos da inclusão escolar.

Nessa proposta, é impossível pensar a educação sem estar atento às características pessoais de cada aluno, suas dificuldades a fim de propor alternativas que visem a abrir

caminhos e gerar respostas para as dificuldades, promovendo o desenvolvimento global e norteando a participação de todos.

A inclusão também requer adaptações no currículo através de conteúdos, objetos e atividades estratégicas de avaliação, mas isso não significa que a escola tenha que por de lado a qualidade dos objetivos propostos por esta e sim uma adequação para que as necessidades de todos os alunos sejam atendidas para que estes tenham a sua individualidade e a sua identidade preservadas. É o que nos diz Forest apud Mantoan:

Para os defensores da inclusão escolar é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações. (Forest, 1985 apud Mantoan 2003, p.42-43).

A superação das dificuldades que os alunos incluídos possuem pode ser facilmente derrubada mantendo-se o contato e o dialogo entre profissionais de outras áreas como o fonoaudiólogo, o psicólogo e o terapeuta ocupacional, este pode ser um ótimo recurso. É justamente essa a orientação dos documentos do Ministério da Educação quanto os processos inclusivos.

Podemos destacar o papel do facilitador no processo de inclusão de crianças no ensino regular, o facilitador não é somente um acompanhante do aluno, mas sim um intermediário entre a criança incluída e as questões sociais e de linguagem. O trabalho do facilitador dentro da sala (um profissional para cada aluno). Há algumas controvérsias quanto o papel do facilitador, alguns sistema de ensino não admitem a atuação deste profissional, por outro lado, muitos pais buscam ações no judiciário para assegurar a presença deste e garantir o acesso ao conhecimento dos seus filhos com deficiência. Essa é uma questão polêmica, que não iremos aprofundar nesse momento.

Porém a Associação Mantenedora Pandorga especificamente em um dos cadernos disponibilizados no endereço eletrônico orientação sobre os profissionais que podem auxiliar o professor em sala de aula.

“Embora não seja aconselhável que o aluno tenha um acompanhante exclusivo pode ser que este necessite de acompanhamento para ajuda-lo a organizar-se em sala de aula, com a rotina da escola e em algumas atividades específicas”.
(MANTENEDORA PANDORGA⁷)

Outra questão que não deve ser retomada é o padrão normalidade validado pela escola. São inúmeras questões que podem ser flexibilizadas, sem provocar defasagem no desenvolvimento dos saberes. Cito aqui a escrita cursiva, exigida por muitas escolas, a criança com TEA, dificilmente conseguirá realizar a mesma com êxito. O professor e se a escola tiver a presença do facilitador deverão saber conduzir a situação para que nenhuma das crianças se sintam inferiorizadas ou excluídas. E ao mesmo tempo atende o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, BRASIL, 1996)

Da mesma forma, a Associação Pandorga aponta ao longo das discussões no endereço eletrônico que nem a rotina original e nem o currículo devam sofrer alterações para receber o aluno especial, outras atividades devem ser montadas para facilitar a interação dos alunos autistas com os demais colegas e assim promover um espaço de aprendizagem e desenvolvimento das relações. Bosa & Goldberg (2007) contribuem com a discussão ao afirmar:

O vínculo é o elemento dinamizador da aprendizagem e abrange todas as dimensões do desenvolvimento humano. O vínculo positivo é essencial, porque

⁷ Disponível em <<http://www.pandorgaautismo.org>> .Acesso em 21 de nov. de 2015.

faculta ao educador manter um elo afetivo com os educandos, aproximando-se deles, até chegarem a um verdadeiro entendimento educacional (p. 76).

Adotando essa mesma linha de pensamento, Ferreira (2006) identifica como provocação decisiva a preparação dos professores brasileiros para formar com o que chama de:

...didáticas inovadoras que promovam a inclusão de todos nas atividades realizadas na escola e nas salas de aula e, finalmente, o desafio de formar docentes capazes de educar na diversidade, isto é, capazes de flexibilizar e enriquecer o currículo para ensinar todos os estudantes (p.317).

Isso implica em mudanças no modelo tradicional de educação e propicia aprendizagem para os alunos. Desta forma, o professor deve tornar-se relevante para o seu aluno, pois somente assim, com o vínculo estabelecido, surgirão para este aluno, inúmeras possibilidades de aprendizagem, de vivências boas ou más, como pode acontecer com qualquer aprendiz.

3.3.2 - Associação Mantenedora Pandorga: uma discussão sobre a interação social, as dificuldades de comunicação, interesses e atividades de crianças com TEA na escola.

Todas as pessoas, bem como as crianças tem um modo único de se relacionar com o meio em que estão inseridos, assim também a criança com TEA é única, com formas únicas de agir, de estabelecer comunicação e interação com o meio e com seus pares. Diante disso, a escola em muitas situações precisa estar disposta a elaborar um programa de aprendizagem diferenciado, que além de envolver os conteúdos tradicionais do currículo contenha também atividades práticas e sociais que promovam a autonomia destas crianças, superando assim, uma representação baseada em estereótipos.

O quadro do 'autismo infantil clássico' é terrível. A maioria das pessoas (e, de fato, os médicos) se questiona sobre o autismo, faz uma imagem de uma criança profundamente incapacitada, com movimentos estereotipados, talvez batendo com a cabeça, com linguagem rudimentar, quase inacessível: uma criatura que o futuro não reserva muita coisa (SACKS, 2006: 248).

A inclusão de crianças TEA requer um profundo conhecimento das limitações e capacidades e potencialidades que deve ser estimulado na escola e na família. Em resumo é o que propõem é também o que se propõe a Mantenedora Padorga quando afirma que “Contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas com autismo graves atendidas e de suas famílias. (MANTENEDORA PANDORGA) ⁸. Evidencia desta forma a preocupação com as pessoas próximas das crianças com o transtorno e a possibilidade de auxiliar na busca por uma melhor qualidade de vida.

Expressa também a preocupação em melhorar a competência social, comunicação e relações pessoais. Pois grande maioria das crianças com TEA apresentam dificuldades na interação social, não se beneficiam das relações com os grupos sociais, portanto sentem dificuldade em aprender coisas novas.

1. Contribuir para que as pessoas atendidas adquiram o mais alto grau possível de competência social. Que aprendam a observar e escutar com tranquilidade, e sejam mais compreensivos, amorosos e carinhosos com seus colegas e familiares. Que aprendam a expressar e comunicar-se melhor. Que melhorem sua interação na sociedade, aprendendo a relacionar-se com as pessoas nas diversas situações do dia a dia.

2. Contribuir para o mais alto grau possível de bem estar e desenvolvimento geral das pessoas atendidas. Que se sintam felizes e alegres. Que melhorem o seu desenvolvimento global e, se possível, eventuais problemas de saúde. Que melhorem sua percepção do mundo ao seu redor. (MANTENEDORA PANDORGA)

Outra questão apontada pela mantenedora é a ideia de ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que através do professor especializado posso junto com o professor criar estratégias que beneficiem a criança. Também pode contribuir para ajudar a inserir a criança no grupo, minimizando frustrações e estresse, antecipando o que irá acontecer e auxiliando nas dificuldades.

⁸ Disponível em <<http://www.pandorgautismo.org>> .Acesso em 21 de nov. de 2015.

3. Através de atendimento especializado, contribuir para que as pessoas atendidas melhorem no mais alto grau possível o manejo de suas vidas. Que as pessoas atendidas recebam da Pandorga atendimento especializado. Que as crianças atendidas assimilem e exercitem limites, rotina e disciplina. Que as pessoas atendidas consigam pensar e agir com independência, e manejem no melhor grau possível ao seu alcance as atividades da vida diária e outras habilidades. (MANTENEDORA PANDORGA)

Outro aspecto bastante comum em crianças autistas é a autoagressão, que pode variar desde puxar cabelos, arranhar e até bater com a cabeça na parede. As causas também são variadas e vão da não compreensão do que vai acontecer chamar a atenção ou alertar para uma necessidade e até mesmo um meio para obter algo desejado. A lista diária de atividades, atividades planejadas e adaptadas, e um meio de comunicação expressivo podem ser meios alternativos para evitar este tipo de comportamento. Questões que a Mantenedora Pandorga aponta entre seus objetivos quando afirma a preocupação em “... para que as pessoas atendidas possam reduzir ao máximo suas crises de desespero, ansiedade, autoagressão e heteroagressão. Que as pessoas experimentem uma redução dos níveis de desespero e ansiedade”. (MANTENEDORA PANDORGA⁹)

A forma como a família e a escola estabelecem relações com a criança com TEA pode ser determinante para o seu desenvolvimento. Infelizmente, muitos pais apresentam diversos sentimentos em relação ao filho (a) com transtorno, em alguns casos ocorre à aceitação ou a negação. Alguns pais acreditam que os (as) filhos (as) não identificam ou reconhecem os sentimentos destes. Porém, Peteers (1998) acredita que “autistas têm dificuldades específicas para entender vários dos sentimentos humanos”. Eles aparentam não ter sentimentos, mas, na verdade, esse comportamento parece ser resultante de inabilidade cognitiva. (p.23)

Em diversos ícones do endereço eletrônico, fica explícita a preocupação em assegurar a família um espaço de diálogo e tranquilidade para atuar junto a criança com o

9 Disponível em <<http://www.pandorgaautismo.org>> .Acesso em 21 de nov. de 2015.

transtorno e a partir dessa perspectiva contribuir para a elaboração de um ambiente estimulante e agradável para todos os integrantes.

Os pais precisam ter consciência de que seus filhos podem torna-se independentes, mas também preparar os demais membros da família para que o confortem quando necessário e potencializem ao máximo sua independência. Pode representar um grande avanço para o autista, ser reconhecido e ser socialmente aceito a começar pela família fazendo com que ele se torne mais criativo.

Mas quanto às questões voltadas para a educação formal aponta afetividade como uma necessidade para poder atuar junto às crianças com o transtorno “... atitudes como: dispor-se a atuar como pessoas de referência em longo prazo; dar calor humano, abraçar; fazer festa, dançar, cantar, conviver; erguer quem está angustiado e alegrar-se com os que se alegram” (MANTENEDORA PANDORGA¹⁰).

Outra questão apontada é a necessidade de impor limites, de forma amistosa e carinhosa, porém a criança deverá saber o que poderá fazer e o que não poderá fazer no ambiente escolar. “... Este princípio fundamental da educação é particularmente pertinente no caso da pessoa com deficiência mental. O quanto antes for confrontado com seus limites, mais chances terá sua integração à família e à sociedade¹¹”.

O trabalho realizado na instituição aponta para a necessidade de ter ritmos e rotinas estabelecidos que devam ser convencionadas ou expostas. A utilização de informações visuais como placas para indicar a tarefa que esta sendo feita é uma estratégia para conduzir a aula, uma vez que o autista processa melhor as informações visuais além de proporcionar um ambiente confortável na programação diária das aulas. A escola é um ambiente organizado que mantém uma rotina diária mesmo que haja variações dos tipos de aula ainda conserva uma ordem entre elas o que é propício para crianças com o transtorno já que estes necessitam de uma rotina regular para se estruturarem.

10 Disponível em <<http://www.pandorgaautismo.org>>. Acesso em 21 de nov. de 2015.

11 Disponível em <<http://www.pandorgaautismo.org>>. Acesso em 21 de nov. de 2015.

... ritmos e rotinas, que são essenciais na vida de uma pessoa dita normal, tornam-se imensamente mais importantes na vida de pessoas com autismo. Para a Pandorga e seu quadro técnico isso tem implicações fundamentais na organização do tempo e do espaço das pessoas e dos grupos atendidos. (MANTENEDORA PANDORGA¹²)

Fica explícito também, com a indicação da possibilidade de elaborar uma lista diária de atividades para proporcionar uma certa independência, pois este cria para a criança um mecanismo que antecipa o que deve ser feito sem que precise perguntar ao adulto qual atividade deve ser feita eliminando assim a ansiedade da criança a respeito do que é esperado dele. Porém é necessário que haja uma variação na ordem das atividades. A diversificação se torna necessária para que se possa ampliar a gama de atividades que o autista consegue realizar autonomamente e também para limitar o uso de atividades com baixo benefício de aprendizado, mas que podem ser utilizadas como recompensa após a realização de algo que foi solicitado.

Associação Pandorga pauta ao seu trabalho através de uma relação entre os atendimentos ofertados na instituição, nas escolas e a relação que a família estabelece. Além de ofertar formação, grupo de discussão e leitura para a família, auxilia a escola nos processos de inclusão escolar das crianças com o transtorno. É possível acessar no endereço eletrônico vários artigos, sugestões de leitura e cadernos que podem ser adquiridos que possibilitam ao professor leitor/pesquisador da educação infantil superar concepções equivocadas.

Ao apontar caminhos para a escola e professores, os colaboradores da associação também são constantemente tencionados a aprimorar o seu conhecimento sobre o tema. Para tanto mantém um grupo de estudos que foi instituído desde os primeiros meses em que a instituição começou a se formar tendo como foco central o aperfeiçoamento e práticas inovadoras de intervenção:

- Leitura orientada de textos;

12 Disponível em <<http://www.pandorgaautismo.org>>. Acesso em 21 de nov. de 2015.

- Palestras e debates com especialistas (tais como: fonoaudióloga/o, psicóloga/o, neurologista, psiquiatra, nutricionista e outros);
- Convite a familiares de pessoas atendidas, para que relatem sobre suas vivências com o filho ou a filha com autismo;
- Visitas a instituições congêneres. (MANTENEDORA PANDORGA¹³)

Outra questão destacada no endereço eletrônico é o estímulo para que a criança com TEA possa expressar-se de forma oral. Como apontado anteriormente à associação analisada mantém em seu site cadernos com sugestões de leitura que auxiliam crianças, pais e professores quanto às dificuldades relacionadas à oralidade. Para Klin (2006) cada indivíduo manifesta de forma diferenciada suas dificuldades.

...crianças com funcionamento mais baixo são caracteristicamente mudas por completo ou em grande parte, isoladas da interação social e com realização de poucas incursões sociais. No próximo nível, as crianças podem aceitar a interação social passivamente, mas não a procuram. Nesse nível, pode-se observar alguma linguagem espontânea. Entre as que possuem grau mais alto de funcionamento e são um pouco mais velhas, seu estilo de vida social é diferente, no sentido que elas podem interessar-se pela interação social, mas não podem iniciá-la ou mantê-la de forma típica. (2006 p. 6)

A criança com TEA ao apresentar dificuldades oralidade precisa encontrar um caminho para se comunicar e, com isso diminuir sua frustração, trabalhar a socialização e sua interação social. Com esse objetivo o caderno “guia prático do autismo” divulgado pela Mantenedora Pandorga traz alguns apontamentos que auxiliam aos pais e professores quanto à interação, bem estar e inclusão, porém há poucos materiais que orientam quanto à linguagem.

Nos cadernos analisados a menção ao PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Imagens) que pode ser resumida por Almeida, Piza, Lamônica, (2005) como:

... O PECS, também conhecido por Sistema de Comunicação por Troca de Imagens (Picture Exchange Communication System), é um sistema que permite desenvolver a comunicação interpessoal, principalmente em pessoas

13 Disponível em <<http://www.pandorgautismo.org>>. Acesso em 21 de nov. de 2015.

com dificuldades severas de comunicação. (ALMEIDA, PIZA, LAMÔNICA, 2005, p235).

O PECS constitui-se em um mecanismo que permite a comunicação de crianças com TEA, pois permite que o mesmo perceba que consegue expressar os seus desejos e anseios, alcançando o que não consegue expressar através da oralidade. O sistema também funciona como uma forma de estímulo, pois uma vez compreendido, buscar realizar o mesmo caminho para efetivar a comunicação.

Este sistema possui símbolos simples, é fácil reconhecer o seu significado, é de baixo custo e relacionam-se com uma grande diversidade de situações de vida diária. Além disso, podem ser utilizado apenas com uma pessoa ou em grupo (Almeida et al, 2005 p.238).

Assim como outras técnicas da comunicação o PECS permite uma melhor expressão de quem tem dificuldade em exprimir-se e melhoram as relações com o mundo, pois a criança sente-se mais compreendida e aceita por quem a rodeia. Porém, essa discussão não é aprofundada no endereço, mas faz parte das demandas desenvolvidas nos cursos de formação realizados ao longo do ano.

A instituição busca ofertar, mas especificamente no formato de curso, Bergeson (2003) sugere “a adoção, no caso de sujeitos pré-verbais ou não verbais de um programa que privilegie a comunicação através de gestos, palavras ou de um sistema de comunicação alternativo ou complementar, que permite ao sujeito comunicar suas necessidades e desejos” (p.12).

Contudo se a inclusão for pensada por todos que fazem parte da sociedade como um momento único na vida da criança que está sendo incluída, respeitando seus limites e dificuldades, evidenciando suas potencialidade e incentivando seu convívio com os demais colegas estaremos de fato fazendo a inclusão. E está é uma das grandes funções da educação infantil.

Assim, apesar do endereço eletrônico da Mantenedora Pandorga não apontar como preocupação central, esta fase de desenvolvimento das crianças com TEA, oferta uma variedade de cursos para atualização aos professores que atuam neste segmento. Mas, ao apontar, discutir e propor a discussão do transtorno, a Mantenedora está fazendo o que Mantoan (2003) propõem ao dizer que:

Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (2003 p. 19).

4. CONCLUSÃO

Ao pesquisar a temática do o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, respondo algumas das minhas interrogações enquanto professora da deste nível de ensino. Enquanto professora de crianças na faixa etária de 3 à 4 anos entendo a

necessidade de desenvolver a linguagem, comunicação e a interação social. Porém, quando retorno das ações desenvolvidas torna quase imperceptível diante de um aluno com TEA? Quais os caminhos possíveis? Como sanar o desconhecimento e a representação de aluno idealizado?

Foram estas as maiores motivações para aventurar em um tema tão complexo e variado como o TEA. Transtorno de difícil identificação, com manifestações variedades em cada criança, jovem e adulto que exige dos professores muito mais que ações pedagógicas, mas o estabelecimento de uma relação de amizade e confiança entre o professor, pais e aluno.

Enquanto professora de educação infantil, acredito que este é um período em que a criança adquire alguns conhecimento que podem conduzir para alguma autonomia, socialização e interação entre seus. A criança com TEA observar essas questões, tornam se difícil. Nesse sentido, a Mantenedora Pandorga auxilia aos professores, apontar a necessidade de superar estigmas, representações e ao mesmo tempo ter a certeza de que apesar das poucas manifestações através da oralidade e da interação social, a identidade da criança esta em construção.

E a educação infantil, bem como os demais processos de intervenção possuem um papel importante, como afirma Dubar (2005), “a identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura” (p. 135).

Tornou-se também, ao longo das leituras realizadas, bem como analise das informações e textos disponibilizados no endereço eletrônico da Mantenedora Pandorga evidente a necessidade das famílias juntamente com as crianças receberem apoio e acompanhamento do sistema de ensino, bem como dos grupos de apoio.

Outro fator relevante percebido durante os apontamentos é que o estímulo recebido em casa, como a família entende e valoriza a comunicação trazida pelo filho e aceita essa comunicação reflete na maneira como a criança se socializa nos demais espaços em que convive. Pois na grande maioria das situações de crianças identificadas com o TEA, existe algum tipo de dificuldade quanto á comunicação e a interação social.

Dificuldades que na maioria das vezes, podem ser até certo ponto suprimidas em contextos inclusivos, em contatos com outras crianças nas terapias ou nas escolas. Apesar

das crises que podem ocorrer das tristezas diante das dificuldades, são justamente estes que servirão de estímulo para que a criança com TEA repita várias tentativas rumo a autonomia, a comunicação e a interação.

Porém, a escola e professores devem estar atentos ao processo inclusivo, pois como afirma Vasques (2003) “... simples matrícula destes alunos não é o suficiente para garantir efeitos potencializadores de desenvolvimento e aprendizagem” (p. 61). Para tanto algumas escolas tem a figura do facilitador e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), porém além deste cabe ao professor (responsável pela turma) atender também a especificidades do seu aluno.

Novamente, abrimos o leque para inúmeras discussões quanto à formação inicial e continuada do professor, em especial do professor da Educação Infantil, porém, como este não é o objetivo deste trabalho, mas analisar as informações disponibilizadas no endereço eletrônico da Associação Pandorga pode-se afirmar que o mesmo oferece uma variedade de dados, informações e cursos sobre a temática. Porém, preocupa-se quanto instrumento de divulgação muito com as relações entre pais e filhos com TEA.

Desta forma, apesar de mesmo discutir diversos temas, não consegue atender a multiplicidades de dúvidas que surgem para um professor que tem a obrigação promoverem um espaço e tempo de aprendizagem para os seus alunos.

Ao mesmo tempo, que as temáticas e as informações disponíveis estão em consonância com as últimas descobertas e indicações quanto ao transtorno, poucos são os instrumentos disponibilizados para que o professor apropriar-se para sua prática. Mas, lança mão de uma alternativa interessante e que possibilita a difusão de novos conhecimentos e aplicação dos mesmos, através dos cursos de formação, ofertados na própria instituição.

Está para mim é uma das maiores contribuições identificadas no endereço eletrônico, de que é uma instituição como referência na oferta de cursos de curta duração voltados exclusivamente para professores ou profissionais que atuam com alunos diagnosticados com TEA.

Podemos assim, concluir que a Mantenedora Pandorga, através do seu endereço eletrônico, divulga uma série de ações desenvolvidas com crianças com o transtorno e familiares e oferece inúmeros cursos presenciais para os profissionais.

Concluindo, os processos inclusivos impõe uma serie de questionamentos ao professor, porém são justamente estes que impulsionam rumo ao diálogo, observações, pesquisa e prática.

Referências:

ALMEIDA, M.A.; PIZZA, M.H.M.; LAMÔNICA, D.A.C. **Adaptações do sistema de comunicação por troca de figuras no contexto escolar**¹⁵. Pró-Fono Revista de Atualização Científica, Barueri, v.17 n.2, p.233-240, 2005. In <http://www.scielo.br/>. Visualizado a 02 de Dezembro de 20

AUTISMO REALIDADE, 2015. Disponível em <http://autismoerealidade.org/> acesso em 20/11/2015

ASPERGER, H. (1944) Die “**Autistischen Psychopathen**” im Kindesalter. **Arquivos de Psiquiatria und für Nervenkrankheiten**, 117, 76-136. Trans. (1991) em **Autismo e Síndrome de Asperger** (ed. U. Frith), pp 37-92. Cambridge: Cambridge University Press.

ASSUMPÇÃO JR., Francisco B. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Infantil**. São Paulo-SP: Lemos Editorial, 1997.

ASSUMPÇÃO JR., Francisco B. PIMENTEL, Ana Cristina M. **Autismo Infantil**. In *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Vol 22(supl II), p. 37-39, 2000.

ASSUMPÇÃO JR., Francisco B, KUCZYNSKI, Evelyn, Gabriel, Márcia Rego, ROCCA, Cristiane Castanho. **Escala de Avaliação de Traços Autísticos (ATA)**. In *Arq. Neuropsiquiatria*, vol.57, n.1, 1999.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

BERGESON, T., et al. **Los aspectos pedagógicos de los trastornos del espectro autista**. Espanha: [s.n.], 2003.

BLEULER, E. (1911) **Demência Precoce ou o Grupo de esquizofrenias**. Trans.(1950) por G. Zinkin. New York: International University Press.

BOSA, C.A. & GOLDBERG, K. (orgs.). **A educabilidade de sujeitos com autismo: mitos e controvérsias**. Necessidades educativas especiais. Erechim:edifapes, 2007,pp 75-83.

DUBAR, Claude. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERREIRA, W. B.. **Educar na Diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular**, pp.317-323. Em: Ensaios pedagógicos. Educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: DF. MEC/SEE, 2006.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

JANNUZZI, G.S.M. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

KANNER, L. **Autistics disturbances of affectives contact**. Nerv Child, 1943. 2:217-250

KAPLAN, Allan. **Artistas do invisível. O processo social e o profissional de desenvolvimento**. São Paulo: Peirópolis/Instituto Fonte, 2005.

KLIN, A. **Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral**. Rev.Bras. Psiquiatr. Vol.28 (supl I); pS3-S11, 2006

LAMÔNICA, D. A. C.. **Utilização de variações da técnica do ensino incidental para promover o desenvolvimento da comunicação oral de uma criança diagnosticada autista.** Bauru, USC, 1992. (Cadernos de divulgação cultural)

LYONS & FITZGERALD, M. Asperger (1906-1980), and Kanner (1894-1981), **the two pioneers of autism.** J. Autism Dev Disor. 2007

LEPKE, S. **Aluno com Deficiência: A caixa preta da escola pública.** Dissertação de Mestrado, Ijuí, 2013.

MANTOAN, M. T. É.. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo, Moderna, 2003.

MENEZES, A. R. S. de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

NAGEL, E. **Filosofia da ciência.** São Paulo: Cultrix, 1969.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Salamanca sobre Princípios Políticos e Práticas em Educação Especial. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acesso em 15/10/2015

PANDORGA AUTISMO, 2015. Disponível em <http://www.pandorgaautismo.org/> acesso em 25/11/2015

PEREIRA, Shirley Costa. **A arte terapia na aprendizagem dos alunos com deficiência mental**, 2010. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/c111029.pdf. Último acesso em 23/11/15

PEREIRA, Alessandra Marques. **Autismo Infantil: Tradução e validação do CARS (Childhood autism rating scale) para uso no Brasil**. 2007 Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12936/000634977.pdf> acesso em: 30/11/2015

PETEERS, T. **Autismo: Entendimento teórico e intervenção educacional**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1998.

PLETSCH, M. D., LIMA, M. F. C. **A inclusão escolar de alunos com autismo: um olhar sobre a mediação pedagógica** http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-pletsch_e_Lima.pdf acesso em 28/11 22:30).

SACKS, O. **Um antropólogo em marte - Sete histórias paradoxais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, S. M. P. dos. (Org.). **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: Ed W.V.A, 1997

SILVA, T. T. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TELMO, I. C. e Equipa Ajudaautismo. **Formautismo, Manual de formação em autismo para professores e famílias**. APPDA – Lisboa, Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo. Lisboa, 2006.

VASQUES, Carla K. **Um Coelho Branco Sobre a Neve: Estudo sobre a escolarização do sujeito com psicose infantil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós –Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, POA, 2003.

VIEIRA, Fernando David; PEREIRA, Mário do Carmo. **“Se Houvera quem me ensinara...”** – A Educação de pessoas com Deficiência Mental. 2º ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação. Gráfica de Coimbra, Lda: Setembro, 2003.

VON TETZCHNER, Stephen; MARTINSEN, Harald. **Introdução à Comunicação Aumentativa e Alternativa**. Porto: Porto Editora LTDA., 2000.

WING, L. (1981). **Asperger's syndrome: A clinical account**. *Psychological Medicine*, 11(1), 115–129.

WOLFF, S. **The history of autism**. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 13, 201-208, 2004.